



# MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC

## EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2016

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, torna público que fará realizar às **09h00min** horas do dia **23 de novembro de 2016**, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, em regime de execução de empreitada por preço unitário, pelo “**Menor Preço por lote**”, regido pela Lei nº 10.520/02, pela Lei Municipal nº 817/2009, Lei Complementar 123/2006, pelo Decreto 7.892/2014 e por este Edital e, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e Diplomas Complementares, destinado à Registro de Preços para Aquisição de Materiais Elétricos para Manutenção e Conservação da Iluminação Pública do Município.

### 1. DO OBJETO:

Registro De Preços Para Aquisição De Materiais Elétricos Para Manutenção E Conservação Da Iluminação Pública Do Município, em conformidade com o Anexo I – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

### 2. DA RETIRADA DO EDITAL:

Far-se-á de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 16h00min horas, na Sala de Licitações, à Rua Anacleto da Silva Ortiz, 127, Centro, São José do Cerrito - SC, ou através do site do município: [www.cerrito.sc.gov.br](http://www.cerrito.sc.gov.br), com a solicitação do arquivo BETHA AUTO COTAÇÃO e CD com demais referências.

### 3. DO (S) PEDIDO (S) DE ESCLARECIMENTO (S):

3.1 Esclarecimentos a respeito de dúvidas de caráter técnico e de interpretação dos termos do Edital deverão ser formalizados, obrigatoriamente, por escrito e endereçados à Secretaria de Administração aos cuidados do Presidente, devidamente protocolizados no setor competente, podendo, para efeito de desburocratização, serem transmitidos via fax, com a remessa do original via registro postal;

3.2. Outras informações pelo telefone: (49) 3242-1111.

### 4. DO (S) PRAZO (S) E LOCAL (IS):

4.1 De **Início**, contar-se-á da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, decorrente;

4.2 De **Entrega**, parceladamente, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da (s) data (s) da (s) solicitação (ões), no (s) endereço (s) nela (s) indicado (s);

4.3 De **Execução**, em até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

4.3 Da **Ata de Registro de Preços**, serão de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura.

### 5. DO(S) PAGAMENTO(S):

5.1. Será (ão) efetuado (s) em até 30 (trinta) dias da (s) entrega (s), à vista da (s) nota (s) fiscal (is) decorrente (s), que deverá (ão) ser devidamente atestada (s) pela Fiscalização ou Secretaria Municipal de Obras;

5.2 O (s) pagamento (s), se processará (ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo.



## **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC**

### **6. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:**

6.1 O reajuste dos preços registrados encontra-se suspenso até disciplinamento diverso oriundo de legislação federal e nas condições desta. Assim, os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de validade da Ata de Registro de Preços;

6.2 A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro, por meio de planilha de custos demonstrativa da majoração e após ampla pesquisa de mercado;

6.3. Para a concessão da revisão dos preços, a Empresa Registrada deverá comunicar o Município de São José do Cerrito a variação dos preços, por escrito, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos emitido (s) pelo (s) fornecedor (ES);

6.4 Caso o Município de São José do Cerrito já tenha emitido a Nota de Empenho respectiva, para que a Empresa realize o serviço e a Empresa Registrada ainda não tenha solicitado a revisão de preços, esta não incidirá sobre o pedido já formalizado e empenhado;

6.5 O Município de São José do Cerrito terá o prazo de 30 (trinta) dias para análise dos pedidos de revisão recebidos;

6.6. Durante esse período a Empresa deverá efetuar a (s) entrega (s) do (s) pedido (s) pelo preço registrado e no prazo ajustado, mesmo que a revisão seja julgada procedente pelo Município de São José do Cerrito;

6.7 A Empresa obrigará-se a realizar as entregas pelo preço registrado caso o pedido de revisão seja julgado improcedente;

6.8. Na hipótese de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, o critério de atualização financeira é o IGP-M.

### **7. DA VALIDADE DA PROPOSTA:**

O prazo de validade da proposta deverá ser o mesmo da Ata de Registro de Preços, ou seja, de 12 (doze) meses.

### **8. DOS RECURSOS FINANCEIROS:**

8.1. As despesas decorrentes do objeto deste pregão correrão à conta dos recursos consignados no orçamento do ano 2016, conforme lei municipal 989/2015.

8.2. Valor Estimado, Máximo: R\$:38.825,00 (Trinta e Oito Mil Oitocentos e Vinte e Cinco Reais).

### **9. DA PARTICIPAÇÃO:**

9.1. Poderão participar da presente licitação, empresas legalmente constituídas no ramo de atividade do objeto, que satisfaçam as condições do presente Edital;

9.2. As empresas deverão participar isoladamente, não se permitindo consórcios;

9.2 Não poderão participar, Empresas que estejam sob processo de falência, ou concordata ou em regime de recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução, liquidação ou tenham sido suspensas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, Direta ou Indireta, de qualquer dos poderes, da União, dos Estados e dos Municípios, desde que o ato tenha sido publicado em imprensa oficial, pelo órgão autor da sanção ou responsável;

9.3 A participação na presente Licitação, enseja a aceitação plena das condições prescritas neste Edital e em seu(s) anexo(s).

### **10. DO CREDENCIAMENTO:**



## MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC

- 10.1 Fica a critério do Licitante se fazer representar ou não na sessão;
- 10.2 O titular se investido de poderes, se fará representar, apresentando, cópias autenticadas do Ato Constitutivo/Contrato Social e da cédula de identidade, ou de outro documento reconhecido legalmente, que o identifique;
- 10.3 O Licitante se desejar, poderá também ser representado por preposto, devidamente credenciado, através de declaração ou instrumento procuratório, com firma reconhecida em cartório, acompanhado de cópias autenticadas da cédula de identidade do Outorgado e do Ato Constitutivo do Outorgante, conferindo poderes para formulação de lances e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;
- 10.4 Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá representar mais de um Licitante;
- 10.5 O não comparecimento do titular e/ou do representante credenciado não enseja a INABILITAÇÃO, nem a DESCLASSIFICAÇÃO do Licitante;
- 10.6 O Licitante que não se fizer representar, fica automaticamente impedido de participar da fase de competição com lances verbais e de se manifestar motivadamente sobre os atos da Administração, decaindo, em consequência, do direito de interpor recurso, inclusive para exercer o direito de favorecimento instituído pela LC 123/06, às ME's e EPP's;**
- 10.7 Far-se-á o credenciamento, antecedendo a abertura dos envelopes, devendo a documentação pertinente, ser envelopada em separado dos demais documentos ou entregue em mãos.**

### 11. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

Deverão ser entregues 02 envelopes separados, indevassáveis, lacrados em seus fechos, cada um deles com identificação clara do proponente referente à licitação, como segue:

**ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA**

**ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

### 12. DA ENTREGA DOS ENVELOPES:

- 12.1 Os envelopes: nº 01 – Proposta e nº 02 – Documentação de Habilitação poderão ser entregues no setor de licitações da Prefeitura, à Rua Anacleto da Silva Ortiz, nº 127, Centro, São José do Cerrito – SC, até as 08:45 horas do dia 07 de maio de 2015;
- 12.2 Poderão também, sê-los remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso, ficando cientes de que, em ocorrendo o atraso na entrega dos envelopes, estes não serão recebidos;
- 12.3 Podem ainda, ser entregues pessoalmente ao Pregoeiro ou para um Membro da Equipe de Apoio, até a hora e dia marcado para abertura dos envelopes, não sendo admitida qualquer tolerância após o horário estabelecido para o início do certame.
- 12.4 A proposta e sua planilha, deverá ser apresentada por meio magnético (CD ou pen drive), a fim de possibilitar o CADASTRO NO SISTEMA BETHA.
- 12.4.1 O pendrive/CD com os dados gravados deverá estar inserido juntamente com a proposta escrita no Envelope nº 01, sob pena de desclassificação, sendo que para o seu preenchimento o licitante deverá possuir software “Auto Cotação” em sua última versão, desenvolvido pela empresa Betha Sistemas obtido através do Site: [www.betha.com.br](http://www.betha.com.br).
- 12.5 No caso de dificuldade de leitura do meio magnético utilizado, será facultado o prazo de 10 minutos a empresa participante para adequar o meio utilizado ou encaminhar a proposta e planilha por e-mail indicado pelo pregoeiro.

### 13. DA SOBRESCRICÇÃO DO ENVELOPE Nº 01



## MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC

Sr. Pregoeiro

Empresa: \_\_\_\_\_

Referente ao Edital de Pregão Presencial n° 040/2016

Abertura às **09h00min** horas do dia **23 de novembro de 2016**.

Rua Anacleto da Silva Ortiz n° 127, Centro, CEP 88570-000, São José do Cerrito, SC.

### 14. DA PROPOSTA:

14.1 Ser apresentada em pendrive/CD e em papel timbrado da empresa, apresentada em uma via, constando o nome, endereço completo e carimbado com a Razão Social;

14.2 Ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, sem emendas, sem ressalvas e sem entrelinhas;

14.3 Conter a(s) assinatura(s), a(s) qual(is) deverá(ão) ser identificada(s) fazendo-se constar a qualificação do(s) signatário(s) e o cargo que exerce (Diretor, Gerente, e/ou Procurador);

14.4 Estar com todas as vias rubricadas e a última assinada em seu desfecho, pelo signatário da autora;

14.5 Ter validade de no mínimo 60 (sessenta) dias;

14.5.1 Na hipótese de o prazo de validade estar omitido na proposta, esta será considerada válida por 60 (sessenta) dias;

14.6 O(s) produto(s) deverá(ao) ser cotado(s) com marca, ser de 1ª qualidade e descrito(s) com a(s) especificação(ões) necessária(s) para facilitar sua identificação com os requisitos constantes do Edital e seu Anexo;

14.7 Os preços deverão ser cotados em moeda nacional, com até 2 (duas) casas decimais depois da vírgula e neles já deverão estar incluídos toda incidência de impostos, transportes, custos diretos e indiretos relativos ao presente objeto, inclusive todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários e tributários, ou quaisquer outros custos decorrentes ou que venham a serem devidos em razão do objeto deste Edital;

#### 14.8 Estar acompanhada:

14.8.1 Da Declaração de que correrão por conta, quaisquer outras despesas não incluídas na cotação do(s) preço(s) do(s) produto(s) licitado(s);

14.8.2 Da Declaração de que aceitam as condições impostas por este edital e que submetem-se ao disposto pela Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

14.8.3 Da Declaração de que o(s) produto(s) a ser(em) entregue(s) ficará(ão) sob a inteira responsabilidade, até a entrega definitiva;

14.8.4 Da Declaração de que cumprem plenamente as condições estabelecidas para efeito de habilitação, nos termos do disposto no inciso VII, do artigo 4º da Lei 10.520/02, conforme modelo do Anexo II;

14.8.5 Da Declaração de que não está impedida de participar de licitação em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, conforme modelo do Anexo III;

14.8.6 Da Declaração de que se enquadram **ou não**, na condição de ME ou EPP, nos termos do art. 3º da LC 123/2006 e que não está inserida nas excludentes hipóteses do § 4º do artigo em comento, para fins do exercício do direito de favorecimento, conforme modelo do Anexo IV;

14.8.7 Do(s) prospecto(s) comprovando a compatibilidade das especificações do(s) produto(s) cotado(s) com o(s) licitado(s);

14.8.8 Do CRC – Certificado de Registro Cadastral emitido pela CELESC, em vigência, comprovando que o(s) produto(s) cotado(s) são homologados perante a Concessionária.

### 15. DA SOBRESCRITURA DO ENVELOPE Nº 02

Sr. Pregoeiro

Empresa: \_\_\_\_\_



## **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC**

Referente ao Edital de Pregão Presencial nº 040/2016  
Abertura às **09h00min** horas do dia **23 de novembro de 2016**.  
Rua Anacleto da Silva Ortiz nº 127, Centro, CEP 88570-000, São José do Cerrito, SC.

### **16. DA HABILITAÇÃO:**

#### **16.1 DA REGULARIDADE JURÍDICA:**

16.1.1 Cópia autenticada do Contrato Social e Alterações posteriores, ou Cópia da última Alteração Consolidada e das alterações subsequentes, registrados na Junta Comercial do Estado; em se tratando de Firma Individual o Registro Comercial e no caso de Sociedade por Ações o Ato Constitutivo acompanhado da Ata da Assembleia que elegeu a diretoria em exercício;

16.1.2 A ME ou a EPP que pretende se beneficiar do direito de preferência, instituído pela LC 123/06, deverá apresentar cópia da Certidão Simplificada expedida em 2015 pela Junta Comercial do Estado da jurisdição competente.

#### **16.2 DA REGULARIDADE FISCAL:**

16.2.1 Cópia do CNPJ;

16.2.2 Cópia do Cadastro Municipal ou Estadual de Contribuintes;

16.2.3 Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal de origem da empresa;

16.2.4 Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

16.2.5 Prova de Regularidade (Certidão Conjunta) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

16.2.6 Prova de Regularidade com FGTS;

16.2.7 Prova de Inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43.

#### **16.3 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

16.3.1 Certidão negativa de Pedido de Concordata e Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial, expedida há menos de 60 (sessenta) dias.

#### **16.4 OUTROS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES:**

16.4.1 Declaração formal, firmada por representante legalmente constituído, de que não pesa contra si declaração de inidoneidade, expedida em face de inexecução total ou parcial de contratos com outros entes públicos, nos termos do artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei 8.666/93, em atendimento ao artigo 97 da referida Lei, conforme modelo do Anexo V;

16.4.2 Declaração formal, firmada por representante legalmente constituído, de que não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou em qualquer trabalho, menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme modelo do Anexo VI.

#### **NOTAS:**

- A certidão que não contar com validade expressa será considerada válida por 60 dias, contados da data da sua emissão, exceto as extraídas pela Internet.
- Todas as xerocópias deverão estar autenticadas, exceto as extraídas pela Internet;
- Todos os documentos de Habilitação deverão ser inseridos no envelope nº 02; preferentemente dispostos ordenadamente, numerados sequencialmente, encadernados e rubricados pelo Licitante;



## MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC

- **A prestação de serviços de autenticação de documentos, internamente, fica restringida até o dia anterior ao da abertura da Sessão, exceção feita aos documentos pertinentes a credenciamento, que poderão ser realizados em até 20 minutos antes da data fatal definida para a entrega dos envelopes;**
- Se o Licitante responsável pelo contrato/fornecimento for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome desta;
- Se o Licitante responsável pelo contrato/fornecimento for filiar, todos os documentos deverão estar em nome desta;
- Os documentos que constarem expressamente que são válidos para todos os estabelecimentos, matriz e filiais, serão aceitos pelo Pregoeiro para efeito de julgamento, independentemente da inscrição do CNPJ do Proponente;
- Caso os documentos solicitados no subitem 16.1.1 sejam apresentados no ato do credenciamento do Representante do Licitante, fica facultada a apresentação destes no envelope nº 02.

### **17. DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:**

17.1. Será (ão) aberto (s) preliminarmente o (s) envelope (s) contendo a (s) Proposta (s) de Preço (s), que deverá (ão) estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10%, relativamente à de menor preço;

17.2. Não havendo pelos menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos;

17.3. No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor;

17.4 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances;

17.5 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao Licitante, na ordem decrescente dos preços;

17.6. É vedada a oferta de lance com vista ao empate;

17.7. Dos lances ofertados não caberá retratação;

17.8 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do Licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo Licitante, para efeito de ordenação das propostas;

17.9. Encerrada a fase de lance (s) oral (is), verificar-se-á a natureza do Licitante com o menor preço ofertado, para efeito de aplicação do direito de preferência à ME e EPP;

17.10. Se, a proposta com menor preço cotado pertencer a ME ou EPP, será, sem meras formalidades, adjudicado a seu favor, o objeto licitado;

17.11 Caso a proposta mais bem classificada ou a com menor preço cotado, dependendo da forma de julgamento, não seja de ME ou EPP, e havendo proposta (s) apresentada (s) por ME ou EPP com valor igual ou superior até 5% do menor preço cotado, caracterizada (s) pelo empate ficto, proceder-se-á da seguinte forma:

17.11.1. Preliminarmente, selecionar-se-á a (s) proposta (s) aceita (s) de ME ou EPP, dispondo-a (s) pela ordem crescente de classificação, para efeito do exercício do direito de preferência, previsto no Inciso I do art. 45 da LC 123/2006;

17.11.2. Para efeito do desempate de valor (es) cotado (s) com equivalência, se houver, utilizar-se-á o critério de sorteio, para identificação do melhor preço cotado e a colocação da ME ou EPP na escala de classificação para exercer o direito de preferência, nos termos dispostos no § 2º, IV do art. 45 da Lei 8.666/93 e no Inciso III do art. 45 da LC 123/2006, respectivamente;



## MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC

17.11.3 Convocada a ME ou EPP mais bem classificada para exercer o direito de preferência e esta deliberar pela apresentação de nova proposta com preço inferior ao menor, até então, cotado/negociado, ser-lhes-á adjudicado o objeto licitado, ficando em consequência, encerrada a fase de competição;

17.11.4 Convocada a ME ou EPP mais bem classificada para exercer o direito de preferência, e esta deliberar pela não apresentação de nova proposta com preço inferior ao menor, até então, cotado/negociado, convocar-se-á a 2ª ME ou EPP melhor classificada, e assim sucessivamente, até a que satisfaça os requisitos requeridos, observando-se o limite das classificadas;

17.11.5 Se nenhuma ME ou EPP convocada, exercer o direito de preferência e a que exercer, não atender as exigências editalícias, a empresa que apresentou a melhor proposta, independente de se enquadrar ou não como ME ou EPP, será julgada a vencedora da licitação;

17.12. Não havendo oferta de lance (s), será verificada a conformidade da proposta inicial de menor preço e o valor estimado, se compatível, ser-lhes-á adjudicado o objeto licitado;

17.13 Verificada a documentação pertinente, se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, na ordem de classificação, verificando sua aceitabilidade, procedendo ao julgamento da habilitação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências do Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e, caso não haja manifestação motivada de intenção de recurso, a ele será adjudicado o objeto da licitação definido neste Edital e seus anexos;

17.14. Sendo considerada aceitável a proposta do Licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação;

17.15. Em caso de o Licitante desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro o inhabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos Licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo Licitante declarado vencedor;

17.16. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com o Licitante vencedor, com vistas a obter preço melhor;

17.17 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos Licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta de manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do Licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais Licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo;

17.18 A ausência do Licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer;

17.19 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos Licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima;

17.20 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os Licitantes presentes;

17.21 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os Licitantes presentes;

17.22 A bem dos serviços, o Pregoeiro, se julgar conveniente, reserva-se do direito, de suspender a licitação, em qualquer uma das suas fases, para efetivar as análises indispensáveis e desenvolver as diligências que se fizerem necessárias, internamente, condicionando a divulgação do resultado preliminar da etapa que estiver em julgamento, à conclusão dos serviços;



## **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC**

17.23 Não havendo pelo menos 03 (três) propostas classificadas com seus respectivos Representantes, presentes, convocar-se-á o(s) autor(es) da(s) proposta(s) com melhor(es) preço(s), até completar o número previsto de 03 (três), para oferecer lance(s), qualquer que seja(m) seu(s) valor(es), para caracterizar o princípio da competitividade.

### **18. DOS CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:**

18.1 A adjudicação se dará observando-se as condições prescritas no presente Edital e os critérios abaixo relacionados:

18.1.2 Considerar-se-á vencedor o Licitante que apresentar a proposta mais vantajosa, de acordo com as especificações do edital e ofertar o **Menor Preço por Item**;

18.1.3 Os Preços cotados, depois de negociados, serão IRREAJUSTÁVEIS e as Propostas, depois de abertas, IRRENUNCIÁVEIS;

18.1.4 Os erros de soma ou de multiplicação, em consequência o resultado do valor apurado, e outros que, não desfigurem a validade jurídica, eventualmente configurados na(s) Proposta(s) de Preço(s) do(s) Licitante(s), poderão ser devidamente corrigidos, não se constituindo, de forma alguma, motivo para a desclassificação da Proposta;

18.1.5 Na hipótese de todas as propostas serem desclassificadas, fica facultado ao Pregoeiro a aplicação das disposições do Art. 48 da Lei de Licitações.

### **19. DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO:**

19.1. Será (ão) inabilitado (s) o (s) Licitante (s) que não fornecer (em) todos os documentos exigidos ou se estiverem ilegalmente formalizados ou com vigência expirada, exceção feita às certidões pertinentes a regularidade fiscal de ME e/ou EPP;

19.2. À ME ou EPP, que apresentar certidão de regularidade fiscal revelando qualquer restrição, fica assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, a contar da data da notificação declarando-a vencedora, para sanar a (s) falha (s) apontada (s);

19.3 A não regularização no prazo designado, incorre na decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, ficando facultado à Comissão, convocar a ME ou EPP remanescente mais bem classificada, se houver, observando-se a ordem e o limite de classificação;

19.4. No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos habilitatórios e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação;

19.5. Na hipótese de documento emitido via internet estar com a validade expirada ou, de xerox apresentada sem autenticação, fica facultado ao Pregoeiro, consultar sua regularidade via site, bem como, proceder a autenticação mediante apresentação da via original, durante a sessão;

19.6 Na hipótese de todos os Licitantes serem inabilitados, fica facultado à Comissão a aplicação das disposições do Art. 48 da Lei de Licitações.

### **20. DO DIREITO AO RECURSO:**

20.1. Tendo o Licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, contará com o prazo de 03 dias consecutivos para apresentação das razões de recurso;

20.2. Os demais Licitantes, inclusive os ausentes, consideram-se intimados na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 dias consecutivos para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente;

20.3. A manifestação na Sessão Pública e a motivação no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade do recurso;





## **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC**

20.4. O recurso será endereçado à Secretaria Municipal de Administração, via Setor de Protocolo, aos cuidados do Pregoeiro, acompanhado de cópia autenticadas do ato constitutivo do outorgante, do instrumento de procuração e do documento de identificação do outorgado, o qual será encaminhado ao Secretário de Administração, para apreciação e decisão, no prazo de até 05 dias;

20.5 O recurso administrativo encaminhados via fax, somente será analisado e atendido, posteriormente a recepção da via original acompanhada do documento comprovando a outorga de poderes conferidos ao signatário e das cópias do documento de identidade do outorgado;

20.6 A Impugnação ao ato convocatório, deverá ser dirigida à Secretaria Municipal de Administração, aos cuidados do Pregoeiro, obrigatoriamente via Setor de Protocolo, acompanhada da comprovação de cópias autenticadas do ato constitutivo do outorgante, do instrumento de procuração e do documento de identificação do outorgado, com antecedência de até 05 (cinco) dias úteis da data da sessão pública de abertura;

20.7 O(s) recurso(s) e/ou impugnação(ões) precluso(s) e intempestivo(s) não será(ão) conhecido(s).

### **21. DAS OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) REGISTRADA(S):**

21.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do presente Edital, de seu(s) Anexo(s) e da Ata de Registro de Preços decorrente;

21.2 Assinar e devolver a Ata de Registro de Preços em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar/devolver a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas;

21.3 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, nos termos do § 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

21.5 Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

### **22. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GESTOR:**

22.1 Emitir a Ata de Registro de Preços em prazo não superior a 10 (dez) dias, contados da data da Homologação;

22.2. Encaminhar ao adjudicatário a Ata de Registro de Preços, em prazo não superior a 10 (dez) dias contados da data da sua emissão;

22.3. Efetuar os pagamentos em conformidade com as condições prescritas no Edital;

22.4. Exercer ampla e permanente fiscalização durante a execução do objeto deste Edital.

### **23. DO REGISTRO DE PREÇOS E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

23.1 A descrição e quantidades constantes no Termo de Referência contém a estimativa máxima para fornecimento em 12 (doze) meses, e em conformidade com a legislação, não obrigando o Município de São José do Cerrito a contratar/adquirir a quantidade total estimada, possibilitando a aquisição integral, parcial ou mesmo a não aquisição;

23.2 A existência de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações que delas poderão advir, facultando-lhe a realização de procedimento específico para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições;

23.3. Homologado o resultado do certame, o Município de São José do Cerrito convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo de até 10 (dez) dias, respeitada



## **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC**

a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, a qual se constitui em compromisso formal de fornecimento nas condições estabelecidas;

23.4 A contratação dos serviços junto ao fornecedor registrado será formalizada pelo Município de São José do Cerrito, através de Autorização de Execução de Serviço;

23.5 Caso o proponente vencedor não atenda à convocação, é facultado à Administração, dentro do prazo e condições estabelecidas, convocar os remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nos termos de sua proposta, ou revogar o Lote respectivo, ou licitá-lo;

23.6 A Ata de Registro de Preços observará a minuta do anexo deste Edital e firmará compromisso para eventual contratação, com validade de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura;

23.7 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n.º 8.666, de 1993;

23.8. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo ao Município de São José do Cerrito promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

23.9. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Município de São José do Cerrito deverá:

23.9.1. Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado; frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

23.9.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

23.10. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Município de São José do Cerrito poderá:

23.10.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de execução/fornecimento;

23.1.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

23.11. Não havendo êxito nas negociações, o Município de São José do Cerrito deverá proceder a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

23.12 O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

23.12.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

23.12.2. Não retirar a respectiva Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

23.12.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

23.12.4. Tiver presentes razões de interesse público;

23.13 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador;

23.14 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados, desde que seja formulado com antecedência de 60 (sessenta) dias.

### **24. DO DIREITO DE RESERVA:**

24.1 O Município de São José do Cerrito, reserva-se ao direito, de revogar o certame por razões de interesse público devidamente justificado, ou de anulá-lo, caso ocorram vícios de ilegalidade, nos termos do art. 49 da Lei de Licitações;



## **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC**

24.2 Receber o (s) produto (s) provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;

24.3 O (s) produto (s) que não for (em) de qualidade e/ou que não atender (em), na sua plenitude, as especificações do Edital e seu (s) anexo (s), após notificação, será (ão), prontamente colocado (s) à disposição do (s) fornecedor (es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante, com embasamento no disposto no art. 76 da Lei de Licitações;

24.4 O Município de São José do Cerrito não se obriga a adquirir o (s) produto (s) cotado (s) por licitante vencedor na quantidade relacionada no ANEXO I, podendo até realizar licitação específica para contratação de um ou de mais lotes, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei n. 8.666/1993 e art. 7º do Decreto n. 3.931/2001.

### **25. DAS PENALIDADES E GARANTIAS:**

25.1 Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, pelo Empresa Registrada, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor até 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;

25.2. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o Licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;

25.3 No caso de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços ou, deixar de apresentar documentos solicitados para a contratação ou, recusar-se a fazê-los no prazo estabelecido, sem prejuízo da aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) da sua Proposta Comercial e das demais sanções previstas em lei, o Município se reserva ao direito de convocar outro licitante, observada a ordem e o limite de classificação e o direito de preferência para ME ou EPP, e assim sucessivamente, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o licitante para obtenção de preço menor.

### **26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

26.1. Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, os Licitantes farão constar em sua documentação: endereço, número de fax e telefone, bem como o nome da pessoa indicada para contatos;

26.2. No interesse do Município de São José do Cerrito, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

- a) adiada a abertura da licitação;
- b) alteradas as condições do Edital, obedecido ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;
- c) filmadas e/ou gravadas as sessões e este meio ser utilizado como prova.

### **27. DO FORO:**

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente Edital, independentemente de qual seja o domicílio do Licitante.



## **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC**

### **28. ANEXOS CONFORME MODELOS**

- a) Anexo I** - Termo de Referência;
- b) Anexo II** - Declaração de atendimento aos requisitos de habilitação;
- c) Anexo III** - Declaração de não possuir impedimento;
- d) Anexo IV** - Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte;
- e) Anexo V** - Declaração de inidoneidade;
- f) Anexo VI** - Declaração que não possui menores;
- g) Anexo VII** - Minuta da Ata de Registro de Preços.

São José do Cerrito/SC, 09 de novembro de 2016.

**Marciel Matuszewski**  
Diretor de Compras e Licitações



# MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC

## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DOS LOTES E ITENS.

	ESPECIFICAÇÃO	Quantid.	UN.	VALOR MÁXIMO UNIT.	VALOR MÁXIMO TOTAL
<b>ITEM</b>	<b>LOTE 01</b>				
<b>01.01</b>	Armação Secundária de Aço-carbono, de 1 Estribo, ferragem de rede aérea que se fixa num poste na qual são amarrados os condutores de uma rede de baixa tensão em isoladores roldana. Conforme ABNT NBR 8158. Deverá ser utilizado na armação secundária aço-carbono ABNT NBR 1010 e 1020. Acabamento deve apresentar superfícies lisas e uniformes, sem cantos vivos, pontas, rebarbas e defeitos no revestimento. Os revestimentos das peças devem ser galvanizados em sua totalidade por imersão a quente em zinco fundido. Conforme ABNT NBR 6323. IDENTIFICAÇÃO: Deve ser estampado, de forma legível e indelével, o nome ou marca do fabricante. A mesma deve atender a Especificação E-321.0001 da CELESC.	05	PÇ	R\$ 11,53	R\$ 57,65
<b>01.02</b>	Base Para Relé Fotoelétrico/Fotoeletrônico, a mesma deve atender a Especificação E-313.0044 - Iluminação Pública - MANUAL ESPECIAL DA CELESC.	100	PÇ	R\$ 8,64	R\$ 864,00
<b>01.03</b>	Bocal de Porcelana (Receptáculo para Lâmpada de Iluminação Pública), Reforçado, Base E-40, Com Dispositivo Antivibratório, Parafusos em Aço Bicromatizado. MATERIAL DE FABRICAÇÃO: Porcelana vitrificada e reforçada. As partes metálicas devem ser de latão niquelado ou material não ferroso, de preferência, em aço inox. IDENTIFICAÇÃO: Deve ser estampado no soquete, de forma legível, no mínimo: a) nome ou marca do fabricante; b) tipo ou modelo do soquete; c) tensão nominal; d) corrente nominal. O mesmo deve atender a Especificação E-313.0044 - Iluminação Pública - MANUAL ESPECIAL DA CELESC, e atender aos requisitos da norma ABNT NBR 5112 - Porta-Lâmpada de Rosca Edison.	25	PÇ	R\$ 8,29	R\$ 207,25
<b>01.04</b>	Braço de Iluminação Pública de 3 Metro, Galvanizado a Fogo, Sem Sapata. MATÉRIA PRIMA: Tubo de aço SAE 1010 a 1020, sem costura. Chapas e perfis U de aço carbono SAE 1010 a 1020, laminado. RESISTÊNCIA MECÂNICA: O braço corretamente instalado deve suportar os seguintes esforços mínimos: F 25 daN, com flecha residual máxima 7 mm. REVESTIMENTO: A peça deve ser zincada a quente, de acordo com a ABNT NBR 6323, com camada de 100 µm(média) e 86 µm (ponto mínimo) de revestimento. ACABAMENTO: O braço não deve apresentar achatamento durante sua fabricação, e durante a sua aplicação em campo. IDENTIFICAÇÃO: Deve ser estampado no corpo do braço ou na chapa de fixação, de forma legível e indelével, no mínimo, o nome ou marca do fabricante, mês e ano de fabricação. O mesmo deve atender a Especificação E-313.0044 - Iluminação Pública - MANUAL ESPECIAL DA CELESC.	25	PÇ	R\$ 138,99	R\$ 3.474,75
<b>VALOR MÁXIMO DO LOTE (Quatro Mil Seiscentos e Três Reais e Sessenta e Cinco Centavos)</b>					<b>R\$ 4.603,65</b>



## MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC

LOTE 02					
02.01	Cabo Elétrico PP Flexível 750V 4 x 1,0 mm <sup>2</sup> , atender aos requisitos da norma ABNT NBR 280 - Condutores de cabos isolados, e atender aos requisitos da norma ABNT NBR 243 - Cabos isolados com policloreto de vinila (PVC) ou isolados com composto termofixoelastomérico, para tensões nominais até 450/750 V, inclusive – Inspeção e recebimento.	200	MT	R\$ 3,02	R\$ 604,00
02.02	Conector de perfuração (conector piercing), com condutor tronco mínimo 16mm <sup>2</sup> e máximo 70mm <sup>2</sup> e condutor derivação mínimo 1,5mm <sup>2</sup> e máximo 10,0mm <sup>2</sup> . O mesmo deve atender a Especificação E-313.0059 - Conector de Perfuração Tipo Piercing - MANUAL ESPECIAL DA CELESC.	200	PÇ	R\$ 7,32	R\$ 1.464,00
02.03	Chave Magnética 50 Ampères, 1 comando, Chaves para Comando de Iluminação Pública, MATERIAL – CAIXA: Deve ser alumínio fundido ou estampado. A vedação entre a caixa e a tampa é feita através de gaxeta de neoprene, moldada na caixa ou na tampa. CONTATOS: Em liga de prata, a fim de permitir boa condutividade até com 100% de sobrecarga na partida das lâmpadas. OPERAÇÃO DO RELÊ: Sensibilidade - ligar e desligar: entre 3 e 30 lux. Tensão de operação: 198 V a 242 V. CABOS DE LIGAÇÃO: Devem ser de cobre isolado com PVC e atender as características: a) condutor neutro: cor branca; comprimento 1600 mm; seção 1,5 mm <sup>2</sup> ; b) condutor fase: cor preta; comprimento 1400 mm; seção 10 mm <sup>2</sup> para chave de 50A; c) condutor controle: cor vermelha; comprimento 600 mm; seção 10 mm <sup>2</sup> para chave de 50A. ALÇA (SUPORTE) DE FIXAÇÃO: Aço carbono 1010 a 1020, laminado, aço inox ou duralumínio, espessura mínima 3,0mm. Deve ser zincada a quente, conforme a ABNT NBR 6323, com camada de 100 µm (média) e 86 µm (ponto mínimo). IDENTIFICAÇÃO: Deve ser gravado, de forma legível e indelével, no mínimo: a) nome ou marca do fabricante; b) tipo ou modelo de referência; c) tensão nominal de operação; d) corrente nominal de carga; e) data de fabricação. A mesma deve atender a Especificação E-313.0044 - Iluminação Pública - MANUAL ESPECIAL DA CELESC.	15	PÇ	R\$ 192,88	R\$ 2.893,20
02.04	Fio condutor de eletricidade, cobre, simples, isolamento em PVC, bitola 1,5 mm <sup>2</sup> , tensão 750V, atender aos requisitos da norma ABNT NBR 280 - Condutores de cabos isolados, e atender aos requisitos da norma ABNT NBR 243 - Cabos isolados com policloreto de vinila (PVC) ou isolados com composto termofixoelastomérico, para tensões nominais até 450/750 V, inclusive – Inspeção e recebimento.	400	MT	R\$ 0,68	R\$ 272,00
02.05	Fio condutor de eletricidade, cobre, simples, isolamento em PVC, bitola 2,5 mm <sup>2</sup> , tensão 750V, atender aos requisitos da norma ABNT NBR 280 - Condutores de cabos isolados, e atender aos requisitos da norma ABNT NBR 243 - Cabos isolados com policloreto de vinila (PVC) ou isolados com composto termofixoelastomérico, para tensões nominais até 450/750 V, inclusive – Inspeção e recebimento.	400	MT	R\$ 1,07	R\$ 428,00
02.06	Fio paralelo, flexível, condutor de eletricidade, isolamento em PVC, bitola 1,5 mm <sup>2</sup> , atender aos requisitos da norma ABNT NBR 280 - Condutores de cabos isolados, e atender aos requisitos da norma ABNT NBR 243 - Cabos isolados com policloreto de vinila (PVC) ou isolados com composto termofixoelastomérico,	200	MT	R\$ 1,59	R\$ 318,00



## MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC

	para tensões nominais até 450/750 V, inclusive – Inspeção e recebimento.				
<b>VALOR MÁXIMO DO LOTE(Cinco Mil Novecentos e Setenta e Nove Reais e Vinte Centavos)</b>					<b>R\$ 5.979,20</b>
<b>LOTE 03</b>					
<b>ITEM</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>Quantid.</b>	<b>UN.</b>	<b>VALOR MÁXIMO O UNIT.</b>	<b>VALOR MÁXIMO TOTAL</b>
<b>03.01</b>	Lâmpada Fluorescente Tubular HO 110 W – 220 V, modelo T12, diâmetro 38 mm, cor luz do dia, os bulbos deverão estar isentos de impurezas, manchas ou defeitos que possam prejudicar o desempenho das lâmpadas. O revestimento interno dos bulbos deverá ter camada trifósforo. A vida mínima não deve ser inferior a 7.500 horas, as seguintes informações devem ser claras e indelevelmente marcadas sobre a lâmpada: a) Marca de origem (sob a forma de marca comercial, marca de identificação do fabricante ou nome do distribuidor responsável); b) Potência (W). A mesma deve atender aos requisitos da norma ABNT NBR 60081 - Lâmpadas fluorescentes tubulares para iluminação geral.	10	PÇ	R\$ 15,97	R\$ 159,70
<b>03.02</b>	Lâmpada Fluorescente Tubular 20 W – 220 V, modelo T10, diâmetro 33 mm, cor luz do dia, soquete (base): G13, os bulbos deverão estar isentos de impurezas, manchas ou defeitos que possam prejudicar o desempenho das lâmpadas. O revestimento interno dos bulbos deverá ter camada trifósforo. A vida mínima não deve ser inferior a 7.500 horas, as seguintes informações devem ser claras e indelevelmente marcadas sobre a lâmpada: a) Marca de origem (sob a forma de marca comercial, marca de identificação do fabricante ou nome do distribuidor responsável); b) Potência (W). A mesma deve atender aos requisitos da norma ABNT NBR 60081 - Lâmpadas fluorescentes tubulares para iluminação geral.	20	PÇ	R\$ 4,95	R\$ 99,00
<b>03.03</b>	Lâmpada Fluorescente Tubular 40 W – 220 V, modelo: T10, diâmetro 33 mm, cor luz do dia, soquete (base): G13, os bulbos deverão estar isentos de impurezas, manchas ou defeitos que possam prejudicar o desempenho das lâmpadas. O revestimento interno dos bulbos deverá ter camada trifósforo. A vida mínima não deve ser inferior a 7.500 horas, as seguintes informações devem ser claras e indelevelmente marcadas sobre a lâmpada: a) Marca de origem (sob a forma de marca comercial, marca de identificação do fabricante ou nome do distribuidor responsável); b) Potência (W). A mesma deve atender aos requisitos da norma ABNT NBR 60081 - Lâmpadas fluorescentes tubulares para iluminação geral.	40	PÇ	R\$ 4,95	R\$ 198,00
<b>03.04</b>	Lâmpada Vapor Metálico – 150 W – 220 V, Bulbo Tubular, Lâmpada de Descarga de Alta Densidade com Tecnologia Vapor Metálico, Tecnologia e Compatibilidade Para Uso Com Reatores Para Vapor de Sódio, Base E-40, Temperatura de Cor Acima de 3.000 K, Fluxo Luminoso Mínimo de 13.000 Lumens, vida mediana mínima de 12.000 Horas. IDENTIFICAÇÃO: Deve ser gravado no bulbo, de forma legível e indelével, no mínimo: a) nome ou marca do fabricante; b) tipo ou modelo de referência; c) data com mês e ano de fabricação (ou código); d) potência nominal em Watts. A mesma deve atender aos requisitos da norma ABNT NBR IEC 1167 - Lâmpadas a Vapor Metálico	25	PÇ	R\$ 48,25	R\$ 1.206,25



## MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC

	(halogenetos).				
03.05	Lâmpada Vapor Metálico – 250 W – 220 V, Bulbo Tubular, Lâmpada de Descarga de Alta Densidade com Tecnologia Vapor Metálico, Tecnologia e Compatibilidade Para Uso Com Reatores Para Vapor de Sódio, Base E-40, Temperatura de Cor Acima de 3.000 K, Fluxo Luminoso Mínimo de 20.000 Lumens, vida mediana mínima de 15.000 Horas. IDENTIFICAÇÃO: Deve ser gravado no bulbo, de forma legível e indelével, no mínimo: a) nome ou marca do fabricante; b) tipo ou modelo de referência; c) data com mês e ano de fabricação (ou código); d) potência nominal em Watts. A mesma deve atender aos requisitos da norma ABNT NBR IEC 1167 - Lâmpadas a Vapor Metálico (halogenetos).	25	PÇ	R\$ 48,56	R\$ 1.214,00
03.06	Lâmpada Vapor de Mercúrio Alta Pressão – 80 W – 220 V, Potência Nominal, Bulbo Ovoíde, Base E-27, Fluxo Luminoso Mínimo de 3.700 Lumens, Vida Mediana Mínima de 15.000 Horas. IDENTIFICAÇÃO: Deve ser gravado no bulbo, de forma legível e indelével, no mínimo: a) nome ou marca do fabricante; b) tipo ou modelo de referência; c) data com mês e ano de fabricação (ou código); d) potência nominal em Watts; e) aplicação (iluminação pública ou IP). A Celesc não exigirá mais a homologação das Lâmpadas Vapor de Mercúrio. As mesmas apenas devem atender a Especificação E-313.0044 - Iluminação Pública - MANUAL ESPECIAL DA CELESC, e atender aos requisitos da norma ABNT NBR IEC 60188 - Lâmpadas a Vapor de Mercúrio de Alta Pressão.	80	PÇ	R\$ 11,97	R\$ 957,60
03.07	Lâmpada Vapor de Sódio Alta Pressão – 250 W – 220 V, Potência Nominal, Bulbo Tubular, Base E-40, Vida Mediana Mínima de 28.000 Horas. IDENTIFICAÇÃO: Deve ser gravado no bulbo, de forma legível e indelével, no mínimo: a) nome e/ou marca comercial do fabricante; b) modelo ou código do fabricante; c) potência nominal em Watts; d) fluxo luminoso (lm); e) data (mês e ano) de fabricação; f) símbolo indicativo do método de acendimento. A mesma deve atender a Especificação E-313.0076 - Lâmpada a Vapor de Sódio à Alta Pressão - MANUAL ESPECIAL DA CELESC.	100	PÇ	R\$ 29,88	R\$ 2.988,00
<b>VALOR MÁXIMO DO LOTE (Seis Mil Oitocentos e Vinte e Dois Reais e Cinquenta e Cinco Centavos).</b>					<b>R\$ 6.822,55</b>
<b>LOTE 04</b>					
<b>ITEM</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>Quantid.</b>	<b>UN.</b>	<b>VALOR MÁXIMO UNIT.</b>	<b>VALOR MÁXIMO TOTAL</b>
04.01	Parafuso cabeça quadrada, aço carbono 1010-1020, rosca métrica, zincagem a quente, com porca, D16 x 300mm. O mesmo deve atender a Especificação E-313.0007 - Acessórios e Ferragens de Distribuição - MANUAL ESPECIAL DA CELESC.	100	PÇ	R\$ 7,06	R\$ 706,00
04.02	Refletor Grande, retangular, corpo em chapa refletora de alumínio, vidro plano temperado, Capmax. 400W receptáculo e-40 em porcelana, vedação interna, suporte para fixação em aço galvanizado. O mesmo deve atender aos requisitos das normas técnicas da ABNT.	15	PÇ	R\$ 61,53	R\$ 922,95
<b>VALOR MÁXIMO DO LOTE (Um Mil Seiscentos e Vinte e Oito Reais e Noventa e Cinco Centavos)</b>					<b>1.628,95</b>





## MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC

LOTE 05					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Quantid.	UN.	VALOR MÁXIMO O UNIT.	VALOR MÁXIMO TOTAL
05.01	Reator Vapor de Sódio – 250 W – 220 V, Reator Baixa Perda, Uso Externo, Para Lâmpada Vapor de Sódio Alta Pressão – 250 W – 220 V – 60 Hz, Fator de Potência igual ou superior a 0,94, galvanizados a quente, Com Ignitor Incorporado, Garantia Mínima Exigida de 05 Anos, gravada de Forma Legível e Indelével na sua Placa de Identificação, Perda Máxima de 24 W a frio. IDENTIFICAÇÃO: O reator deve ser provido de placa de identificação fabricada em material resistente à corrosão, fixada na tampa inferior do invólucro, gravada de forma legível e indelével, compatível com sua vida útil, na qual deve constar no mínimo o seguinte: a) nome ou marca do fabricante; b) tipo do reator: externo; c) tipo de lâmpada a que se destina: vapor de sódio; d) potência da lâmpada em watts; e) perda elétrica máxima em watts; f) tensão nominal de alimentação em Volts: 220V; g) fator de potência; h) corrente nominal de alimentação em Ampères; i) frequência nominal em Hertz: 60Hz; j) material do condutor do enrolamento: cobre ou alumínio; k) elevação de temperatura ( $\Delta t$ ) e temperatura final do enrolamento ( $t_w$ ) em graus Celsius; l) data de fabricação (mês/ano); m) esquema de ligação; n) prazo de garantia. O mesmo deve atender a Especificação E-313.0047 - Reator Externo com Capacitor e Ignitor Incorporado Para Lâmpada a Vapor De Sódio Alta Pressão - MANUAL ESPECIAL DA CELESC.	50	PC	R\$ 92,60	R\$ 4.630,00
<b>VALOR MÁXIMO DO LOTE (Quatro Mil Seiscentos e Trinta Reais)</b>					<b>R\$ 4.630,00</b>
LOTE 06					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Quantid.	UN.	VALOR MÁXIMO O UNIT.	VALOR MÁXIMO TOTAL
06.01	Relé Fotoeletrônico, instalação externa; tensão de operação: entre 198 V e 242 Vca; valor máximo da carga a ser ligada: 1000 W ou 1800 VA; em 220 V, perdas menor ou igual a 1,0 W; Grau de Proteção IP-64; faixa de operação entre 3 a 20 Lux (ligar e desligar dentro desta faixa), garantia mínima de 5 anos, conforme o prazo final de garantia gravada na base do relé. IDENTIFICAÇÃO: No relé foto eletrônico deve ter marcado indelevelmente, pelo menos, as seguintes indicações: a) modelo do fabricante; b) tensão nominal a ser aplicada no circuito de comando; c) potência ativa e potência aparente da carga; d) nome ou marca do fabricante; e) calendário para controle de instalação e retirada; f) tipo de contato, NA ou NF; g) data (mês e ano) de fabricação; h) prazo final de garantia gravada na base do relé. O mesmo deve atender a Especificação E-313.0050 - Relé Foto eletrônico - MANUAL ESPECIAL DA CELESC.	200	PÇ	24,13	R\$ 4.826,00
<b>VALOR MÁXIMO ESTIMADO (Quatro Mil Oitocentos e Vinte e Seis Reais)</b>					<b>R\$ 4.826,00</b>



## MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC

LOTE 07					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Quant	UN	VALOR MÁXIMO UNIT.	VALOR MÁXIMO TOTAL
1.	Arruela	200	Pc	R\$ 0,50	R\$ 100,00
2.	Braço iluminaria 1,00mm reto	20	Pc	R\$ 20,60	R\$ 412,00
3.	Braço comum de ip, em aço carbono galvanizado 1,00 m diâmetro de 25,4 mm e espessura chapa de 1,9 mm.	50	Un	R\$ 20,60	R\$1.030,00
4.	Soquete bocal de porcelana vitrificada e-27, contatos em latão ou cobre niquelado de fixação próprio para luminária tensão mínima 250v corrente máxima 15 a de acordo com as NBR5033e 5113	40	Un	R\$ 5,90	R\$ 236,00
5.	Capa para conector ampactinho III IV V	200	Pc	R\$ 0,80	R\$ 160,00
6.	Cinta poste circular 200mm	20	Pc	R\$ 18,70	R\$ 374,00
7.	Cinta poste circular 190mm	20	Pc	R\$ 18,50	R\$ 370,00
8.	Cinta poste circular 210mm	20	Pc	R\$ 19,50	R\$ 390,00
9.	Cinta poste circular 230mm	20	Pc	R\$ 20,50	R\$ 410,00
10.	Cinta poste circular 240mm	20	Pc	R\$ 21,00	R\$ 420,00
11.	Cinta poste circular 250mm	20	Pc	R\$ 21,50	R\$ 430,00
12.	Cinta poste circular 260mm	20	Pc	R\$ 22,00	R\$ 440,00
13.	Conector ampactinho azul iv	250	Pc	R\$ 1,80	R\$ 450,00
14.	Conector cunha bimetálico tap 01 parafusos	125	Un	R\$ 7,00	R\$ 875,00
15.	Disjuntor padrão nema unipolar, 30 a,220v, capacidade de interrupção 2KA	05	Un	R\$ 10,26	R\$ 51,30
16.	Disjuntor padrão nema unipolar, 50 a,220v, capacidade de interrupção 10KA	05	Un	R\$ 15,68	R\$ 78,40
17.	Disjuntor padrão nema bipolar, 30 a,220v, capacidade de interrupção 4KA	05	Un	R\$ 40,89	R\$ 204,45
18.	Fita isolante 19MM x 20 m cfe nbr5037	30	Un	R\$ 4,90	R\$ 147,00
19.	Luminária pública em alumínio anodizado interior e exterior, para uso externo, potencia 250/400w fechada com policarbonato com soquete e-27, fecho em aço inoxidável permitindo fechamento da parte superior e inferior com alta pressão para braço de 1000mm.	13	Un.	R\$ 88,50	R\$ 1.150,50
20.	Luminária pública em alumínio anodizado interior e exterior, para uso externo, potencia 250/400w fechada com policarbonato com soquete e-40, fecho em aço inoxidável permitindo fechamento da parte superior e inferior com alta pressão para braço de 3000mm	13	Un.	R\$ 113,40	R\$ 1.474,20
21.	Luminária pública em alumínio anodizado interior e exterior, para uso externo, potencia 70w com soquete e-27, parafuso em aço inoxidável braço de 1000mm	08	Un.	R\$ 49,90	R\$ 399,20
22.	Parafuso cab. Quadrada,1010-1020,25CM comp., rosca 170mm diâmetro 16 mm	20	Pc	R\$ 5,50	R\$ 110,00
23.	Parafuso frances 16 x 75 mm	20	Pc	R\$ 3,63	R\$ 72,60
24.	Parafuso 16 x 250mm	100	Un.	R\$ 5,50	R\$ 550,00
	<b>VALOR MÁXIMO ESTIMADO (Dez Mil Trezentos e Trinta e Quatro Reais e Sessenta e Cinco Centavos)</b>				<b>R\$ 10.334,65</b>

**Valor Estimado, Máximo: R\$: 38.825,00 (Trinta e Oito Mil Oitocentos e Vinte e Cinco Reais).**

**Nota:**

Em qualquer caso os fornecedores devem considerar e atender as especificações vigentes na Celesc, seguir as normas brasileiras (NBR) e, ter o selo PROCEL – Programa de Conservação de Energia Elétrica. Caso a Celesc não possua especificação técnica do material, devem ser obedecidas as normas brasileiras



## ***MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC***

(NBR) aplicáveis. Com exceção dos Itens, que a ABNT NBR foi CANCELADA, material fora do padrão ABNT, pois no momento não existe nenhuma ABNT NBR para substituir esta.



## **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC**

### **ANEXO II**

#### **DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

A empresa ....., inscrita no CNPJ ....., com sede à ..... (endereço completo), neste ato representada por ....., portador de Cédula de Identidade ....., inscrito no CPF ....., DECLARA, sob as penas da lei, que atende plenamente os requisitos de habilitação constantes do edital de Pregão nº \_\_\_\_/2015, do Município de São José do Cerrito. (Conforme art. 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/2002).

Cidade \_\_\_\_\_, \_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

---

Nome e Assinatura do Representante Legal



## **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC**

### **ANEXO III**

#### **DECLARAÇÃO DE NÃO POSSUIR IMPEDIMENTO**

A empresa ....., inscrita no CNPJ ....., com sede à ..... (endereço completo), neste ato representada por ....., portador de Cédula de Identidade ....., inscrito no CPF ....., DECLARA, sob as penas da lei, que não está impedida de participar de licitação em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.

Declara, também, que está obrigada, sob as penas da lei, a declarar, quando de sua ocorrência, fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Cidade \_\_\_\_\_, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

---

Nome e Assinatura do Representante Legal



## **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC**

### **ANEXO IV**

#### **DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

A empresa ....., inscrita no CNPJ ....., com sede à ..... (endereço completo), neste ato representada por ....., portador de Cédula de Identidade ....., inscrito no CPF ....., DECLARA, sob as penalidades da lei, que se enquadra na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do artigo 3º da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas e, que não está inserida nas excludentes hipóteses do § 4º do artigo em comento, para fins do exercício do direito de favorecimento.

Cidade \_\_\_\_\_, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

---

Nome e Assinatura do Representante Legal



## **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC**

### **ANEXO V**

#### **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE**

A empresa ....., inscrita no CNPJ ....., com sede à ..... (endereço completo), neste ato representada por ....., portador de Cédula de Identidade ....., inscrito no CPF ....., DECLARA, que não pesa contra si declaração de inidoneidade, expedida em face de inexecução total ou parcial de contratos com outros entes públicos, nos termos do artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei 8.666/93, em atendimento ao artigo 97 da referida Lei.

Cidade \_\_\_\_\_, \_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

---

Nome e Assinatura do Representante Legal



## **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC**

### **ANEXO VI**

#### **DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI MENORES**

A empresa ....., inscrita no CNPJ ....., com sede à ..... (endereço completo), neste ato representada por ....., portador de Cédula de Identidade ....., inscrito no CPF ....., DECLARA, que não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou em qualquer trabalho, menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Cidade \_\_\_\_\_, \_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

---

Nome e Assinatura do Representante Legal





## MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC

### ANEXO VII – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2016

**ÓRGÃO GESTOR:** MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.327/0001-39, com sede na Rua Anacleto da Silva Ortiz, 127 – Centro, São José do Cerrito, SC.

**EMPRESA:** ....., inscrita no CNPJ sob nº ....., estabelecida na Rua ....., Bairro ....., em .....

O Município de São José do Cerrito, pessoa jurídica de direito público, neste ato, por delegação, representado pelo Diretor de Compras e Licitações, Sr. Marciel Matuszewski, portador do CPF nº 026.832.769-66, doravante denominado ÓRGÃO GESTOR e a Empresa ....., neste ato representada pelo Sr. ...., portador do CPF nº ..... de ora em diante denominada EMPRESA REGISTRADA, resolvem celebrar esta Ata de Registro de Preços, em decorrência do Processo Licitatório nº ...../2016, correlato à Pregão Presencial nº /2016, aberta em //2016 e homologada em ....., consoante as cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Registro de Preços para Aquisição de Materiais Elétricos para Manutenção e Conservação da Iluminação Pública do Município, em conformidade com o Anexo I – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO (S) PRAZO (S) E LOCAL (IS)

**2.1 De Início,** contar-se-á da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, decorrente;

**2.2 De Entrega,** parceladamente, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da (s) data (s) da (s) solicitação (ões), no (s) endereço (s) nela (s) indicado (s);

**2.3 De Execução,** em até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO (S) PREÇO (S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da Empresa.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO (S) PAGAMENTO (S)

4.1. Será (ão) efetuado (s) em até 30 (trinta) dias da (s) entrega (s), à vista da (s) nota (s) fiscal (is) decorrente (s), que deverá ser devidamente atestada pela Fiscalização ou Secretaria Municipal de Obras;

4.2 O (s) pagamento (s), se processará (ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:



## **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC**

- 5.1 O reajuste dos preços registrados encontra-se suspenso até disciplinamento diverso oriundo de legislação federal e nas condições desta. Assim, os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de validade da Ata de Registro de Preços;
- 5.2 A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro, por meio de planilha de custos demonstrativa da majoração e após ampla pesquisa de mercado;
- 5.3. Para a concessão da revisão dos preços, a Empresa deverá comunicar o Município de São José do Cerrito a variação dos preços, por escrito, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos emitido (s) pelo (s) fornecedor (es);
- 5.4 Caso o Município de São José do Cerrito já tenha emitido a Nota de Empenho respectiva, para que a Empresa realize o serviço e a Empresa ainda não tenha solicitado a revisão de preços, esta não incidirá sobre o pedido já formalizado e empenhado;
- 5.5 O Município de São José do Cerrito terá o prazo de 30 (trinta) dias para análise dos pedidos de revisão recebidos;
- 5.6. Durante esse período a Empresa deverá efetuar a (s) entrega (s) do (s) pedido (s) pelo preço registrado e no prazo ajustado, mesmo que a revisão seja julgada procedente pelo Município de São José do Cerrito;
- 5.7 A Empresa obrigar-se-á a realizar as entregas pelo preço registrado caso o pedido de revisão seja julgado improcedente;
- 5.8. Na hipótese de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, o critério de atualização financeira é o IGP-M.

### **CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes do objeto deste pregão correrão à conta dos recursos consignados no orçamento do ano 2015, conforme lei municipal 989/2015.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA REGISTRADA**

- 7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital, de seu(s) Anexo(s) e da presente Ata de Registro de Preços;
- 7.2 Assinar e devolver a Ata de Registro de Preços em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar/devolver a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas;
- 7.3 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, nos termos do § 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;
- 7.5 Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

### **CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GESTOR**

- 8.1 Emitir a Ata de Registro de Preços em prazo não superior a 10 (dez) dias, contados da data da Homologação;
- 8.2. Encaminhar ao adjudicatário a Ata de Registro de Preços, em prazo não superior a 10 (dez) dias contados da data da sua emissão;
- 8.3. Efetuar os pagamentos em conformidade com as condições prescritas no Edital;



## **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC**

8.4. Exercer ampla e permanente fiscalização durante a execução do objeto deste Edital.

### **CLÁUSULA NONA – DO REGISTRO DE PREÇOS E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 A descrição e quantidades constantes no Termo de Referência contém a estimativa máxima para fornecimento em 12 (doze) meses, e em conformidade com a legislação, não obrigando o Município de São José do Cerrito a contratar/adquirir a quantidade total estimada, possibilitando a aquisição integral, parcial ou mesmo a não aquisição;

9.2 A existência de preços registrados não impede a Administração de, sempre que julgar conveniente e oportuno, na hipótese de existência de menor preço no mercado, efetivar as contratações por meio de procedimento licitatório específico ou de contratação direta, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado ao compromissário fornecedor à preferência de fornecimento em igualdade de condições;

9.2.1 O direito de preferência previsto no item anterior dar-se-á caso a Administração opte por realizar a aquisição através de licitação específica ou diretamente, nos termos da legislação vigente e o preço encontrado for igual ou superior ao validamente registrado. Nesta hipótese o contratado, fornecedor de materiais, terá assegurado seu direito à contratação.

9.2.2. É vedada a aquisição de materiais por valor igual ou superior ao preço registrado, ressalvada a hipótese de esgotamento da capacidade de fornecimento do compromissário fornecedor.

9.3. Homologado o resultado do certame, o Município de São José do Cerrito convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo de até 10 (dez) dias, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, a qual se constitui em compromisso formal de fornecimento nas condições estabelecidas;

9.4 A aquisição dos serviços junto ao fornecedor registrado será formalizada pelo Município de São José do Cerrito, através de Solicitação de Fornecimento;

9.5 Caso o proponente vencedor não atenda à convocação, é facultado à Administração, dentro do prazo e condições estabelecidas, convocar os remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nos termos de sua proposta, ou revogar o Lote respectivo, ou licitá-lo;

9.6 A Ata de Registro de Preços observará a minuta do anexo deste Edital e firmará compromisso para eventual contratação, com validade de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura;

9.7 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n.º 8.666, de 1993;

9.8. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo ao Município de São José do Cerrito promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

9.9. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Município de São José do Cerrito deverá:

9.9.1. Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado; frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

9.9.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

9.10. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Município de São José do Cerrito poderá:

9.10.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de execução/fornecimento;

9.10.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;



## **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC**

9.11. Não havendo êxito nas negociações, o Município de São José do Cerrito deverá proceder a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

9.12 O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

9.12.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

9.12.2. Não retirar a respectiva Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

9.12.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.12.4. Tiver presentes razões de interesse público;

9.13 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador;

9.14 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados, desde que seja formulado com antecedência de 60 (sessenta) dias.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECEBIMENTO**

10.1 Provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e conseqüente aceitação;

10.2 O (s) produto (s) que não for (em) de qualidade e/ou que não atender (em), na sua plenitude, as especificações do Edital e seu (s) anexo (s), após notificação, será (ão), prontamente colocado (s) à disposição do (s) fornecedor (es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante, com embasamento no disposto no art. 76 da Lei de Licitações;

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES**

11.1 Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, pelo Empresa Registrada, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor até 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;

11.2. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o Licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;

11.3 No caso de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços ou, deixar de apresentar documentos solicitados para a contratação ou, recusar-se a fazê-los no prazo estabelecido, sem prejuízo da aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) da sua Proposta Comercial e das demais sanções previstas em lei, o Município se reserva ao direito de convocar outro licitante, observada a ordem e o limite de classificação e o direito de preferência para ME ou EPP, e assim sucessivamente, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o licitante para obtenção de preço menor.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.



## **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC**

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO DIREITO DE RESERVA**

13.1 O Município de São José do Cerrito, reserva-se ao direito, de revogar o certame por razões de interesse público devidamente justificado, ou de anulá-lo, caso ocorram vícios de ilegalidade, nos termos do art. 49 da Lei de Licitações;

13.2 Receber o(s) produto(s) provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;

13.3 O (s) produto (s) que não for (em) de qualidade e/ou que não atender (em), na sua plenitude, as especificações do Edital e seu (s) anexo (s), após notificação, será (ão), prontamente colocado (s) à disposição do (s) fornecedor (es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante, com embasamento no disposto no art. 76 da Lei de Licitações;

13.4 O Município de São José do Cerrito não se obriga a adquirir o (s) produto (s) cotado (s) por licitante vencedor na quantidade relacionada no ANEXO I, podendo até realizar licitação específica para contratação de um ou de mais lotes, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei n. 8.666/1993 e art. 7º do Decreto n. 3.931/2001.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS**

14.1 A presente Ata de Registro de Preços reger-se-á pelas disposições expressas na Lei nº 10.520/02, regulamentada pela Lei Municipal nº 817/2009, Lei Complementar 123/2006, pelo Decreto 7.892/2014 e, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e Diplomas Complementares e, pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;

14.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da Empresa Registrada.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

São José do Cerrito (SC), em ..... de ..... de 2016.

*Marciel Matuszewski*  
*Diretor de Compras e Licitações*

*Empresa Registrada*

*Visto da Progem*

*Visto Licitação*